

Memórias ribeirinhas e hidrelétricas na Amazônia: o caso da barragem de Tucuruí

Ribeirinha community recollections and hydroelectric dams in the Amazon: The case of the Tucuruí dam


Recuerdos de la comunidad de Ribeirinha y represas hidroeléctricas en la Amazonia: el caso de la represa de Tucuruí

Eliseu Pereira de Brito¹  <https://orcid.org/0000-0002-2788-6636>

Luciano Laurindo dos Santos²  <https://orcid.org/0000-0002-4759-6345>

Luiziane Laurindo dos Santos¹  <https://orcid.org/0000-0002-2063-070X>

1 Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)  Araguaína (TO), Brasil

2 Secretaria Estadual de Educação, Governo do Pará  Marabá (PA), Brasil

Autor de correspondência: eliseu.brito@ufnt.edu.br

Recebido: 08 Ago. 2024. Aceito: 20 Set. 2024

Editor de seção: Hugo Rogério Hage Serra  <https://orcid.org/0000-0002-4026-8437>

Resumo

Este artigo tem como objetivo evidenciar, por meio das memórias ribeirinhas, um conjunto de disputas territoriais com o consórcio hidrelétrico da usina de Tucuruí, ocorridas em meados da década de 1980, em um contexto de reexistência após a expropriação e reassentamento da comunidade Santa Terezinha do Tauiry para a periferia do núcleo urbano da cidade de Itupiranga, no Pará. As memórias refletem o período em que as famílias permaneceram no reassentamento e o retorno gradual ao território, destacando-se os ressentimentos com o consórcio por se sentirem enganadas, a saudade dos laços comunitários e de compadrio, a fome que muitos experimentaram devido à falta de recursos alimentares, o silenciamento de suas memórias e a perda forçada das relações comunitárias. Este estudo problematiza o contexto socioterritorial amazônico de disputas territoriais, evidenciando as desigualdades de forças entre as comunidades ribeirinhas e os grandes empreendimentos. Destaca-se, assim, a importância das memórias dos ribeirinhos, frequentemente marginalizadas, excluídas e silenciadas na narrativa regional, como fontes essenciais para a análise da produção territorial, a partir dos conteúdos imateriais nos estudos geográficos sobre o território.

Palavras-chave: Território ribeirinho. Memória coletiva. Hidrelétricas. Amazônia. Itupiranga.

Abstract

The article aims to highlight, through the recollections of the riverside communities, a set of territorial disputes with the Tucuruí hydroelectric consortium in the mid-1980s, where the community of Santa Terezinha do Tauiry was expropriated and resettled to the outskirts of the urban center of the city of Itupiranga, Pará, as part of a relocation process. A mix of recollections describes the period during which families remained in the resettlement and their gradual return to the territory. These include memories involving resentment towards the consortium because they felt cheated, longing for community ties, the hunger many felt because they had nowhere to get food, the silencing of their memories and the forced loss of community relations. This raises the issue of an Amazonian socio-territorial context of territorial disputes, demonstrating the inequality of forces between Ribeirinha communities and large projects. In this article, we emphasize the importance of the memories of the Ribeirinha people, who are often marginalized, excluded and silenced in the regional narrative, which are important sources for analyzing territorial production through the lens of immaterial content in geographical studies of the territory.

Keywords: Ribeirinho territory. Collective memory. Hydroelectric plants. Amazon. Itupiranga.

Resumen

El artículo pretende evidenciar, a través de los recuerdos de las comunidades ribereñas, un conjunto de disputas territoriales con el consorcio hidroeléctrico de Tucuruí, a mediados de la década de 1984, cuando la comunidad de Santa Terezinha do Tauiry fue expropiada y reubicada en la periferia del centro urbano de la ciudad de Itupiranga, Pará, como parte de un proceso de reubicación. Una mezcla de recuerdos describe el período durante el cual las familias permanecieron en el reasentamiento y su retorno gradual al territorio. Entre ellos, se encuentran recuerdos que involucran el resentimiento hacia el consorcio por sentirse engañados, la añoranza de los vínculos comunitarios, el hambre que muchos sintieron por no tener dónde conseguir alimentos, el silenciamento de sus memorias y la pérdida forzada de las relaciones comunitarias. Esto plantea la cuestión de un contexto socioterritorial amazónico de disputas territoriales, demostrando la desigualdad de fuerzas entre las comunidades de Ribeirinha y los grandes proyectos. En este artículo destacamos la importancia de las memorias del pueblo Ribeirinho, muchas veces marginado, excluido y silenciado en la narrativa regional, las cuales son fuentes importantes para analizar la producción territorial a través de la lente del contenido inmaterial en los estudios geográficos del territorio.

Palabras clave: Territorio de Ribeirinho. Memoria colectiva. Centrales hidroeléctricas. Amazonia. Itupiranga.

Introdução

A Amazônia desperta o interesse internacional desde o período colonial. Contudo, devido às transformações do modo de produção capitalista, à cobiça e ao controle sobre os recursos amazônicos ao longo desse período, ganharam contornos específicos, conforme os interesses e/ou necessidades momentâneas. Os quais criaram em cada momento histórico um reordenamento socioeconômico e territorial específico.

Dentro de um contexto estatal tratando a região como um espaço de natureza neutra, não sendo concebida enquanto um campo de disputas, não se metamorfoseando em territorialidades distintas, com processos de produção da vida diferenciados. Uma falsa idéia de espaço vazio, para uso exclusivamente das forças produtivas.

No que concerne as ações estatais, destacam-se os planos, projetos e programas, com participação de capital nacional e internacional a partir dos anos de 1960, os quais transformaram a Amazônia brasileira com a construção de inúmeras infraestruturas, como por exemplo a estrada de ferro Carajás, com cerca de 900 km de extensão, as rodovias Transamazônica e Belém Brasília, a hidrelétrica de Tucuruí, dentre inúmeras outras.

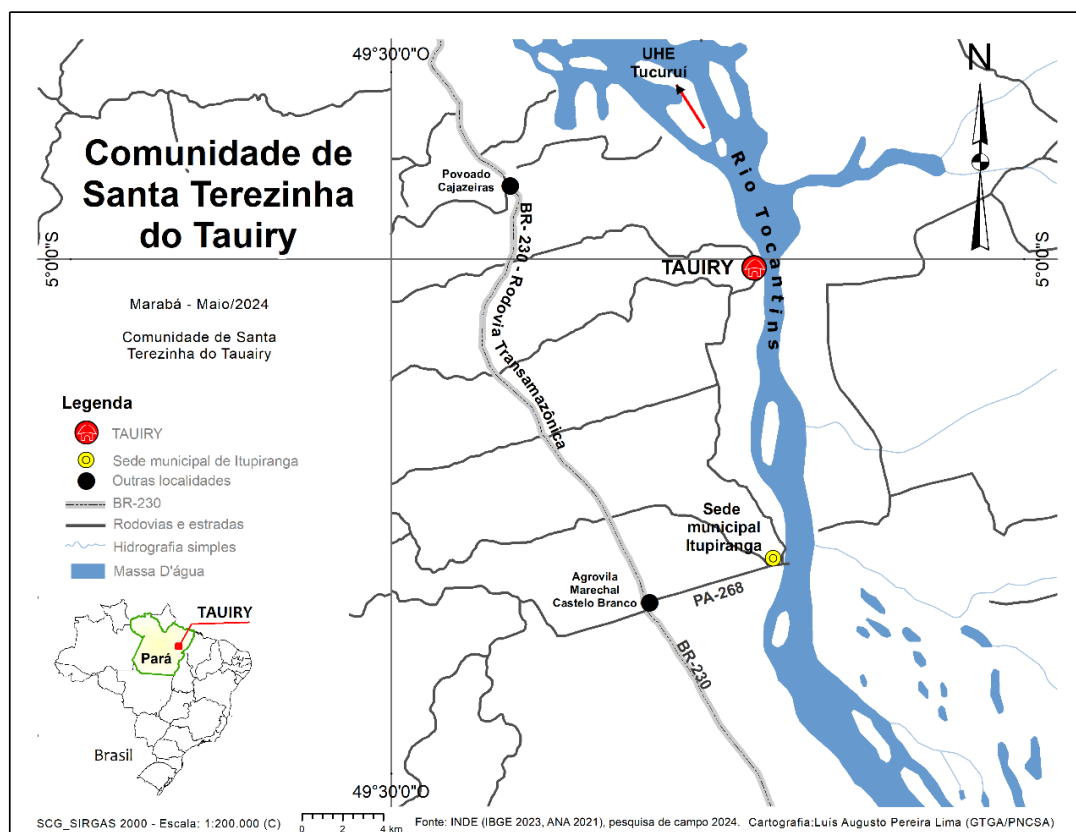
O controle sobre o território das águas amazônicas, especificamente para a produção de energia hidrelétrica, é secular. No entanto, durante o período da ditadura militar brasileira, ocorreu um amplo processo de construção de empreendimentos hidrelétricos, destacando-se a implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, até recentemente o maior empreendimento do setor na Amazônia brasileira.

Esse empreendimento, assim, como uma série de outros nesse período ditatorial são amplamente criticados por Fearnside (2015), em diversos aspectos, dentre eles a inexistência, na maioria das vezes de levantamentos consistentes sobre as populações atingidas pelos empreendimentos e os danos ao meio ambiente, a nível regional. Havia uma espécie de imposição de situações, onde a palavra democracia e participação social não estava em pauta.

Neste artigo, objetiva-se evidenciar, por meio das memórias ribeirinhas, um conjunto de disputas territoriais com o consórcio hidrelétrico da usina de Tucuruí, em meados da década de 1980, em um contexto de reexistência, após a expropriação e reassentamento da comunidade Santa Terezinha do Tauiry para a periferia do núcleo urbano de Itupiranga.

A pesquisa foi registrada e aprovada pelo colegiado de geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), iniciando em maio de 2022 e ainda em curso. Foram realizados três trabalhos de campo: o primeiro em junho de 2022, o segundo em agosto de 2022 e o terceiro em junho de 2023. Ao todo, foram entrevistadas seis pessoas, entre elas duas lideranças comunitárias, duas mulheres idosas da comunidade e quatro pescadores em atividade. As entrevistas ocorreram nas residências dessas pessoas, totalizando três horas de gravações.

Figura 1. Regionalização proposta por Santos e Silveira (2001).



Fonte: IBGE, 2023; ANA, 2021. Org. Luís A. P. Lima, 2024.

Todos os entrevistados foram consultados pessoalmente sobre a possibilidade de participarem da pesquisa e contribuir com suas oralidades. Na oportunidade, apresentou-se a pesquisa e foi assinado um termo de livre esclarecimento.

Quanto ao plano metodológico, esta pesquisa baseia-se na pesquisa qualitativa, conforme Creswell (2007) e Richardson (1989), com base no estudo de caso, tendo como referência Yin (2001). Mobilizaram-se diferentes técnicas de pesquisa e fontes de dados, tais como: pesquisa documental, revisão bibliográfica, trabalho de campo, entrevistas não estruturadas, registro fotográfico, caderno de campo, além das técnicas de observação não participante.

O texto está organizado em seções interligadas: inicialmente, apresenta-se um panorama teórico sobre a relação entre memória e território; em seguida, analisa-se a relação conflituosa entre os empreendimentos hidrelétricos e os ribeirinhos na Amazônia, a UHE Tucuruí e as populações deslocadas; por fim, há a apreciação das memórias dos ribeirinhos da comunidade Tauiry sobre o empreendimento hidrelétrico de Tucuruí.

Memória e Território

A produção territorial, a qual envolve as dinâmicas materiais substantivadas no presente, também contempla, na perspectiva de Flávio (2000), a elaboração de representações, imagens e visões acerca do passado, cujo acervo de experiências, amparado na memória, é aspecto fundante do fomento das produções atuais.

Há, no entendimento de Flávio (2000, p.126) “uma a produção dos territórios, efetivadas no tempo presente, onde se utiliza frequentemente de imagens construídas acerca do passado as quais abrigam interesses de forças hegemônicas que atuam no espaço socialmente produzido.

Desse modo, viabiliza-se, segundo Flávio (2000) a formação, no âmbito das tramas sociais, do que denominaremos “territórios de memória”, caracterizados estes como reconstrução histórica que oculta relações de poder partícipes dos esquemas de apropriação do espaço geográfico.

A memória é um passado “vivo”, que se mistura com o presente, sendo difícil distingui-los espontaneamente, tendo por isso forte influência sobre a identidade do grupo que dela compartilha. Logo, a memória coletiva, esta seria:

[...] uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição não ultrapassa os limites desse grupo. (HALBWACHS, 1990, p.100-102).

Portanto, a memória é coletiva, pois não pertence exclusivamente a um indivíduo isolado, mas a uma coletividade inserida em um contexto social e espacial específico. Contudo, é importante observar que, como destaca Halbwachs (1990, p. 69): “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva; este ponto de vista muda segundo o lugar que ocupo, e esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. A memória coletiva faz com que tais representações de tempo-espaço pretéritos sejam revividas (conscientemente ou não) no cotidiano do grupo de forma espontânea

De acordo com Halbwachs (1990), a memória é coletiva e está embasada em uma materialidade socialmente construída em um determinado contexto, em uma relação dinâmica com o espaço e o tempo. A memória depende dos grupos e dos contextos sociais nos quais vivem, além do tempo e do espaço onde essas relações se materializam.

Assim, o papel desempenhado pela dimensão espacial é central na teoria da memória coletiva de Halbwachs (1990), considerando que as relações espaciais, de forma dialética, geram consequências sociais para o grupo que as ocupa. Isso se reflete na memória coletiva desse grupo em determinado espaço, conforme Halbwachs (1990, p. 157) assinala: “nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos, nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto”.

É nessa trama social, vivida e compartilhada em um determinado espaço, que recordações significativas são disseminadas em comunidade, tornando-se potencialmente duradouras na memória social dessa coletividade. A confluência de componentes se une de tal forma que supera divergências no interior do grupo, conforme Halbwachs (1990, p. 43) enfatiza: “é difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações eram apenas reflexos dos objetos exteriores, em que não misturássemos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos ligavam a outras pessoas e aos grupos que nos rodeavam [...]”.

Assim, é perceptível que a memória coletiva, segundo Halbwachs (1990), seja uma reconstrução do passado realizada por indivíduos inseridos em uma coletividade com fortes laços de afetividade e compadrio. Portanto, toda memória individual é sustentada e ancorada em uma memória coletiva, por ser fruto de um processo relacional em um determinado tempo e espaço.

Halbwachs (1990), muito se aproxima da Geografia, do debate sobre território, ao apresentar sua análise sobre a memória coletiva, conforme se observa:

[...] Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistirem. O grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo [...] (HALBWACH, 1990, p.159/160).

Explicita-se que o grupo nutre uma relação afetivo-identitária e também uma presunção de direito/titularidade o que o torna uma ferramenta imprescindível à análise das relações espaciais de poder.

Contemplando aspectos materiais e imateriais, representa uma abordagem significativa e atual nos estudos territoriais, ao integrar também as representações, imagens, visões e experiências coletivas na formação de territórios e diversas territorialidades. Assim, deve-se considerar a afirmativa de Flávio (2000, p. 125), ao apontar que a memória tem um papel fundamental nas tramas territoriais, uma vez que “os processos de produção dos territórios e territorialidades comportam necessariamente em suas manifestações elementos prenhes de aspectos e conteúdos imateriais”.

Essa perspectiva dialoga com o entendimento de Saquet (2008, 2011, 2015) sobre território e territorialidade, que salienta a produção territorial como uma construção coletiva tanto material quanto imaterial, configurando uma totalidade multidimensional e multiescalar. Nessa concepção, conforme Saquet (2008, p. 74) destaca, alguns processos são centrais:

a) a relação espaço-tempo como movimento condicionante e inerente à formação de cada território através das processualidades históricas e relacional (transescalar com redes e fluxos), b) a relação idéia-matéria, também como movimento e unidade; c) a heterogeneidade correlata e em unidade com os traços comuns e, d) a síntese dialética com do homem como ser social (indivíduo) e natural ao mesmo tempo.

Portanto, uma abordagem histórica, relacional, multidimensional e híbrida do território e da territorialidade, que contemple aspectos imateriais, apresenta uma concepção composta de redes, poder e identidade. O território é, assim, um produto histórico de mudanças e permanências. Essa percepção está em consonância com a de Raffestin (1993), que sinaliza que representações, imaginações e informações são subsídios que permeiam os processos, estratégias e objetivações que dão conteúdo ao território.

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação que os seus predecessores fossem ‘caóticos’. (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

O debate em torno do território é, necessariamente, um debate sobre poder, redes e identidade, elementos imbuídos de imaterialidade e de memórias coletivas, os quais constituem uma ferramenta imaterial importante que confere conteúdo às territorialidades e territórios. Uma porção do espaço onde os sujeitos territoriais se reconhecem como tal, se declaram como parte, se identificam, se realizam, se encontram e se acolhem mutuamente.

Logo, “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que o envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço, já é uma apropriação.” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Portanto, à concepção de memória engendrada, estimulada, instituída pelos grupos/classes sociais: têm relação necessariamente intrínseca com a produção dos territórios. Os processos de memória, enquanto imagens formadas, reproduzidas a respeito do passado, são fundamentais para discutir a efetiva criação/manutenção/reprodução do território. Flávio (2000, p129) é enfático ao apontar que:

Na medida em que informam os códigos de vivência, oferecendo orientações de valor (construídos no e acerca do tempo social) os processos de representações/memórias do passado marcam e definem as fronteiras(des-re-) construídas pelos grupos e classes sociais, em seus movimentos de territorialização da economia, da política e da cultura, isto é, da vida.

Afinal, os processos criadores de memórias coletivas são resultantes de um trabalho do espírito o qual media os modos de agir, pensar, perceber dos homens. “O trabalho de construção da memória é trabalho que serve às estratégias incorporadas pelas práticas, conflitos e tensões que marcam as relações sociais produtoras de territórios e territorialidades sociais.” (FLÁVIO, 2000, p. 129).

Amazônia: Hidrelétricas e Ribeirinhos

A imagem mais conhecida da Amazônia, conforme destaca Porto-Gonçalves (2015, p. 66), é a de uma extensa floresta tropical úmida, uma região ainda vista sob uma ótica eurocêntrica, mesmo que com formulações distintas, que “ignoram que a região não é só rio, floresta ou recursos minerais, mas sim uma região habitada há 11.200 anos e que recebeu nos últimos cinco séculos outras contribuições, sobretudo camponesas”.

Portanto, segundo Porto-Gonçalves (2015), as análises sobre a Amazônia devem adotar essa visão de conjunto que a região comporta. É sob esse complexo jogo de poder que devemos analisar a região, especialmente em um momento como o que vivemos nos últimos 30 a 40 anos, em que se testemunhou uma reconfiguração significativa das relações sociais, políticas e, inevitavelmente, geográficas, abrindo novas possibilidades de interações entre lugares, regiões, países e, conseqüentemente, de reconfiguração das escalas.

Na perspectiva de Porto-Gonçalves (2015, p. 65), a análise sobre a Amazônia deve considerar:

As etnias e segmentos/grupos/classes sociais subalternos que em virtude dessa posição subalterna no interior de uma região periférica, são invisibilizados [...] é sob esse jogo complexo de poder que devemos analisar a região, sobretudo num momento como o que vivemos nos últimos 30/40 anos, em que presenciamos uma importante reconfiguração das relações sociais e políticas e, como não poderia deixar de ser, geográficas, abrindo novas possibilidades de relações entre os lugares, as regiões, os países, enfim, de reconfiguração das escalas.

No que diz respeito à relação com a natureza, há uma necessidade urgente de uma perspectiva sustentável e inclusiva. São exatamente essas etnias e segmentos sociais, como os ribeirinhos, que deveriam ser mais aceitos como interlocutores principais e indispensáveis em qualquer debate sobre o futuro da região.

Enfim, é necessário, como destaca Porto-Gonçalves (2015, p. 84), “respeitar as diferenças dos povos com suas matrizes de racionalidade próprias, tornando possível o diálogo e rompendo as históricas relações de poder assimétricas”. A soberania sobre o território é totalmente compatível com o reconhecimento e a inclusão das populações amazônicas.

É justamente, nesse enfiamento com forças externas ao espaço amazônico que ocorre a séculos, inúmeros processos de resistências, com maior vigor, no período ditatorial da atuação do Estado brasileiro, inspirado por razões geopolíticas, que planejou e organizou a região.

o padrão que se estrutura a partir da estrada [...], este padrão inaugura a fase atual de violência e devastação da Amazônia. São as rodovias Transamazônica, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho, a Porto Velho-Manaus e a Manaus-Caracas, enfim, as rodovias que cortam a Amazônia com absoluto desdém pelos ecossistemas e seus povos. Junto vieram as grandes hidrelétricas como as de Tucuruí e a de Balbina que davam suporte aos projetos de industrialização da Zona Franca de

Manaus e do Programa Grande Carajás e de exploração de alumínio em Barcarena, esses últimos no Pará. Porto-Gonçalves (2015 p. 81).

No que concerne especificamente à questão das grandes barragens, o Estado construiu uma série de grandes barragens na região amazônica nas últimas décadas: Coaracy-Nunes (1975), Curuá-Una (1977), Tucuruí (1984), Balbina (1987), Manso (1987), Samuel (1988), Lajeado (1999), Peixe Angelical (2006), São Salvador (2008), Dardanelos (2011), Rondon II (2011), Estreito (2012), Santo Antônio [rio Madeira] (2011), Jirau (2013), Santo Antônio [rio Jari] (2014), Teles Pires (2014), Belo Monte (2015), São Manoel (2017) e Sinop (2019), conforme destaca Fearnside (2019), gerando grandes impactos sociais e ambientais que são sistematicamente subestimados nos Estudos de Impacto Ambiental.

O processo de implantação de hidrelétricas na Amazônia, conforme se observa no histórico desses empreendimentos, ocorreu majoritariamente nos últimos cinquenta anos, com destaque para a década passada. Castro, Alonso et al. (2014, p. 18), ao analisar os processos de implantação desses empreendimentos em territórios amazônicos, evidenciam que “são permeados por conflitos de natureza diversa envolvendo instituições públicas, privadas, a sociedade local e organizada, acerca das questões ambientais, sociais, culturais e econômicas.”

Além da inundação de milhares de hectares de terras por reservatórios, que elimina os ecossistemas ripários e desloca milhares de famílias, conforme apontado por Fearnside (2019), há de se registrar, como destacam Castro et al. (2014, p. 18), que:

O resultado obtido em termos de desenvolvimento econômico e social da população local não foi aquele previsto nos relatórios de projeções dos governos, visto que a maior parte da energia produzida por esses grandes empreendimentos (cerca de 60%), é consumida pelas principais indústrias de mineração e o aumento do consumo pela indústria e pelo comércio não corresponde ao aumento da oferta de emprego e abertura de novos estabelecimentos.

Nos últimos cinquenta anos, a Amazônia foi palco de inúmeros conflitos envolvendo a disputa pelo controle de territórios ribeirinhos, principalmente entre agentes econômicos e políticos. Esses conflitos têm, quase sempre, como consequência a desorganização das comunidades ribeirinhas e de suas territorialidades. Ao se referir a ribeirinhos, parte-se da premissa de Brito e Shimasaki (2020, p. 01), que “são sujeitos que mantêm com o rio vínculo afetivo, social e cultural. Ao mesmo tempo que o rio é o lócus do trabalho e sobrevivência, ele também é propiciador de culturas e hábitos ribeirinhos”.

O ser ribeirinho, na concepção de Maia (2021) é aquele que vê no território uma forma de compreender suas origens, que vê na territorialidade as manifestações simbólicas dos seus mitos e ritos, que foram sendo passados de geração a geração. Assim foram constituídos as suas identidades e os seus sentimentos de pertencimento com o território.

É importante reconhecer que, embora as comunidades ribeirinhas sejam o lócus onde os ribeirinhos estabelecem suas territorialidades, existe uma diversidade de territorialidades ribeirinhas na Amazônia. Conforme destacam Lira e Chaves (2016, p. 73), diferentes territorialidades incluem “ribeirinhos que não são pescadores e têm no rio outras atividades, como o lazer dos finais de semana e que podem produzir as reverências, rituais e identidades ribeirinhas”.

O rio e o ribeirinho são parte de um todo, conforme destaca Cruz (1999, p. 04), ao afirmar que “se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem”.

Idêntica a descrição realizada por Alves e Justos, (2009 p.209), a respeito de como o ribeirinho percebe o rio:

O rio é sagrado para os ribeirinhos. É na relação com ele que o ribeirinho realiza sua vida, não apenas material, mas também espiritual. É do rio que retira seu próprio alimento e o excedente do seu trabalho para a troca pelos outros produtos dos quais necessita. É do rio que retira também os referentes de sua linguagem, as imagens básicas que compõem os signos com os quais dá sentido à vida e ao mundo. A água do rio é o disparador de sua subjetividade, de sua imaginação, de suas histórias, de sua religiosidade, de suas relações com o outro, da construção de sua socialidade, de seus sentimentos e afetos.

Percepções similares com a de Brito (2018, p. 37), ao afirmar que “a relação do ribeirinho com o rio é de afeto e de dependência na geração de renda da comunidade que é o pescado (figura 2) e do defeso em período de Piracema. Este depende da pesca, da coleta de frutos e da fertilidade do solo para sobreviver. Também o rio é seu principal meio de transporte, por meio do qual o ribeirinho leva sua produção para vender nas cidades mais próximas”.

Figura 2. Pescados do lago de Tucuruí por comunidades ribeirinhas em Santa Terezinha do Tauiy.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, 2023.

Portanto, a territorialidade ribeirinha apresenta, além da relação íntima com o rio descrita por Cruz (1999) e Brito (2018), um modo particular de vida descrito por Lira e Chaves (2016, p. 73) em vários aspectos, como o “uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas; no

estabelecimento das relações sociais de trabalho, bem como nas relações de compadrio e parentesco”.

Essa percepção de territorialidade ribeirinha é semelhante à retratada por Almeida (1989, p. 163), que indica que “territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável”. Terra e território sob a acepção corrente do comum, comunitária. Portanto, a construção de hidrelétricas representa a perda de todos esses elementos ribeirinhos. Brito (2018, p. 45) salienta que “a hidrelétrica é vista pelo indivíduo como uma problemática para sua permanência no lugar. É preciso resistir no território”.

O ponto final dessa relação conflituosa, na maioria das vezes é o processo da perda do território ribeirinho para o empreendimento, conforme descreve explicitamente Alves e Justos (2009, p. 205):

O rolo compressor da modernização se impunha com toda força e poder, não deixando qualquer opção para os ribeirinhos. O rio antes visto como majestoso e indomável, mas que aceitava a presença daquela comunidade em suas margens, agora seria inteiramente domesticado pela alta tecnologia e pela monumental obra de engenharia e colocado a serviço de geração de energia elétrica para atender a demandas de interesses e localidades muito distantes. Os habitantes locais seriam completamente ignorados e vistos como uma presença inconveniente que deveria ser removida. A construção da barragem se mostra uma invasão e intrusão avassaladora, retirando dos ribeirinhos, pela força, o rio, a barranca, as ilhotas, a vila, enfim, retirando o direito elementar ao desenvolvimento de seu estilo de vida

Os aspectos sociais e subjetivos presentes na experiência dos ribeirinhos atingidos por barragens, trazemos à luz conteúdos desprezados e silenciados pelo discurso modernizador dominante que justifica todas suas ações em nome de um propalado progresso.

A UHE de Tucuruí e as populações deslocadas

A usina hidrelétrica de Tucuruí está localizada na Amazônia Oriental, mais precisamente no sudeste do estado do Pará, no município de Tucuruí, na bacia Araguaia-Tocantins, no rio Tocantins. Com uma capacidade instalada de 8.370 MW, é a segunda maior hidrelétrica inteiramente brasileira, ficando atrás apenas de Belo Monte. O reservatório está localizado entre 3° 43' e 5° 15' Sul e 49° 12' e 50° 00' Oeste, possuindo uma área de 2.850 km². Além do município de Tucuruí, o lago abrange parte dos municípios de Breu Branco, Goianésia, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Nova Ipixuna. A obra iniciou em 1974, sendo concluída em 1984.

Apesar de estar em operação há aproximadamente meio século, a hidrelétrica é descrita por Fearnside (2015, p. 38) como uma contínua fonte de controvérsias:

[...] a maioria dos benefícios da energia vão para empresas de alumínio, onde apenas um montante de emprego minúsculo é gerado. Apresentado frequentemente por autoridades como um modelo para o desenvolvimento hidrelétrico devido à quantidade substancial de energia que gera, os impactos sociais e ambientais do projeto são igualmente substanciais. O exame do caso de Tucuruí revela uma sobre estimativa sistemática dos benefícios e uma subestimativa dos impactos pelas autoridades. A Tucuruí oferece muitas lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia.

Embora haja um reconhecimento da importância da obra para o crescimento econômico regional, Fearnside (2015) destacam-se os custos socioambientais do empreendimento, o grau de negligência para com as populações afetadas e os reais interesses e beneficiários do projeto.

A barragem de Tucuruí causou um dano social significativo, desmontando as territorialidades seculares que existiam às margens do rio Tocantins. Fearnside (2015, p. 72) observa que “pouco peso tem sido dado à deslocação de populações humanas nas decisões sobre a construção de barragens”.

No caso específico da barragem de Tucuruí, houve o deslocamento de aproximadamente 23.000 pessoas. Em relação ao tratamento dessa questão pela Eletronorte, o autor é enfático ao destacar que:

A ELETRONORTE originalmente não incluiu nenhum estudo dos impactos sociais na sua avaliação da barragem (Brasil, ELETRONORTE, 1974). Em 1977, dois meses após o início da construção, um único consultor (Robert Goodland) foi contratado para preparar uma “avaliação ambiental”. Ele fez sua avaliação baseada em apenas um mês (julho de 1977) de visita de campo (Goodland, 1978, p. 1). Os termos de referência especificamente excluía qualquer possibilidade de modificar decisões de engenharia, tal como o nível da água. (FEARNSIDE, 2015, p. 39).

Deve-se reconhecer que o empreendimento foi construído e posto em operação durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Consequentemente, o desprezo pelos povos amazônidas, o desinteresse pelo diálogo e a truculência, entre outros fatores, foram elementos marcantes na história regional desse período.

Mesmo vivenciando um período sombrio na história brasileira, centenas de pessoas reivindicaram seus territórios de inúmeras maneiras. Uma delas, conforme Fearnside (2015, p. 39), foi o ato de “acampar durante dois anos na entrada da sede da Eletronorte para reivindicar locais alternativos de reassentamento”.

No que se refere especificamente ao programa de reassentamento, deve-se considerar que mais de dois terços das famílias deslocadas não teriam nenhum direito à compensação por falta de títulos de terra ou equivalentes aceitáveis. Além disso, houve uma estimativa grosseira de que aproximadamente 15 mil pessoas teriam que ser deslocadas. Ademais, Fearnside (2015, p. 39) observa que:

O programa de reassentamento para residentes da área de inundação gerou grandes problemas sociais (de Castro, 1989; Magalhães, 1990; Mougeot, 1987, 1990). Estimativas preliminares indicaram que 9.500 pessoas em 13 povoados seriam deslocadas (ELETRONORTE, s/d [1979]; ver também Monosowski, 1990, p. 39). As deficiências dos estudos feitos antes do enchimento do reservatório têm sido revisadas por Mougeot (1987, 1990) e Teixeira (1996, p. 198-200). Estimativas feitas após o enchimento indicam 3.350 famílias (17.319 pessoas) (Monosowski, 1990, p. 32). Estimativas oficiais do número de pessoas subsequentemente aumentaram até 23.871 pessoas (World Rivers Review, 1991, p. 12; dos Santos & do Nascimento, 1995; Teixeira, 1996, p. 198, baseado em Brasil, ELETROBRÁS, 1987). A ELETRONORTE (1984, citado por Magalhães, 1990, p. 106) também calculou que 32.871 pessoas foram deslocadas, além da população indígena. Em 1985, um ano após o fechamento da barragem, 1.500 famílias continuaram sem assentamento (Comissão Interministerial, 1985, citado por Teixeira, 1996, p. 225). Até fevereiro de 1988, 2.539 famílias rurais e 1.433 famílias urbanas tinham sido relocadas (BRASIL, ELETRONORTE, 1989a, p. 437).

Vale ressaltar que, além de um programa desastroso de reassentamento dos atingidos diretamente pelo empreendimento, deve-se reconhecer, conforme indica Fearnside (2015, p. 39), que “vários segmentos da população afetada foram excluídos das estimativas da Eletronorte dos programas de reassentamento. Um fator que levou à subestimativa foi a consideração de apenas pessoas cujas residências estavam localizadas dentro da área de inundação”. As populações que usavam a várzea sazonalmente para subsistência e os migrantes recém-chegados às localidades adjacentes foram os principais grupos excluídos nesse processo de reassentamento.

Aliados a esses fatos, houve também erros técnicos nos projetos de reassentamentos, no que concerne à cota da água da barragem: “em total, 3.700 pessoas reassentadas tiveram que ser realocadas para novas áreas quando os locais de reassentamento foram inundados”,

conforme detalha Fearnside (2015, p. 40), gerando, nesse processo, mais tensões com essas populações ribeirinhas.

Figura 3. Residências da época do reassentamento na periferia de Itupiranga.



Fotos: os autores, 2023.

Portanto, é nítido, na perspectiva de Fearnside (2015), que todo esse processo desastroso em relação ao trato com os atingidos pelo empreendimento gerou uma problemática social; a maioria da população deslocada foi reduzida à indigência e efetivamente tinha que se virar por conta própria. Os valores de indenização das poucas famílias que receberam eram pequenos, e o pagamento sofria repetidas demoras, deixando a maioria das famílias sem nada por meses.

Os custos sociais da hidrelétrica de Tucuruí foram, e continuam a ser, pesados, conforme avalia Fearnside (2015). Ele indica que, apesar de muitas mudanças desde a construção de Tucuruí em 1984, os procedimentos de tomada de decisões ainda precisam de reformas substanciais para que os impactos sociais, assim como os efeitos ambientais e outros, sejam plenamente considerados nas decisões sobre projetos de desenvolvimento, e para que, quando projetos forem considerados dignos de implementação, os impactos que eles provocam sejam mitigados com justiça social.

Memórias coletivas dos atingidos pela UHE Tucuruí na comunidade ribeirinha Tauriy

As memórias dos atingidos pelo empreendimento hidrelétrico de Tucuruí na comunidade ribeirinha Santa Terezinha do Tauriy possuem um amplo repertório, incluindo as memórias coletivas, conforme define Halbwachs (1990), relacionadas ao seu histórico secular enquanto comunidade ribeirinha. No entanto, há um conjunto significativo de memórias coletivas relacionadas às disputas em torno do território da comunidade com o empreendimento hidrelétrico na década de 1980.

Após os trabalhos de campo e a compilação das entrevistas, identificamos três memórias coletivas da comunidade: a primeira delas diz respeito à comunicação do consórcio hidrelétrico, ao prometido e à saída forçada do território; a segunda memória coletiva identificada refere-se à percepção e às dificuldades das famílias no novo local de moradia; e a terceira memória coletiva identificada está relacionada aos laços com o território, ao retorno e às feridas abertas pela expropriação do território ribeirinho na década de 1980.

Em relação à primeira memória coletiva, “a comunicação do consórcio hidrelétrico, o prometido e a saída do território ribeirinho”, verifica-se, nos inúmeros fragmentos de oralidades, elementos que denotam uma memória coletiva marcada por sentimentos de frustração, desprezo, tristeza e falta de compromisso da empresa com a comunidade.

Quadro 1. Memória coletiva - a comunicação do consórcio hidrelétrico, o prometido e a saída do território ribeirinho.

foi prometido casa construída de telha, tudo padronizadozinho [...] [...] Era para a empresa manter seis meses com cesta básica, não cumpriu, certo? [...] Então, foi totalmente diferente da negociação que foi feito antes e até hoje ainda existe na Justiça, que a Eletronorte nunca pagou o que falou que... qual foi... o que foi dito lá. Nunca cumpriu o que ela falou [...] E assim, chegou lá [...] aqui, o nosso costume é casa de palha, certo? Com as paredes de taipa e tudo isso mudou. Água com abundância no rio para tomar banho, lá não tinha nada disso. Lá era uma casa de madeira, coberta de telha Brasilit, longe do rio. [...] eu sempre digo que a gente foi arrancado do nosso território [...] nós fomos arrancados aqui [...] olha só, você mora aqui na comunidade, você tem total liberdade, tem o rio, tem os pedrais, tem a natureza, tem esse contexto todo que você tem e você ser arrancado, jogado para longe do rio?

Todo mundo foi obrigado a sair porque eles enganaram. [...]: Foi. Não foi porque a gente quisesse mesmo. Enganaram. Converso na boa, bonita, falando que era isso, era aquilo. Hum. Nós chegamos lá, nós é que sabemos o que passamos. Cada um se virou para levar sua mudança. Levando de pouquinho assim, aí até que levamos tudo [...]

[...] Eles mudaram a gente daqui. Uma coisa rápida que assim [...] quando eles chegaram mentindo para nós que ia dar casa construída com água, com tudo, porque aqui a gente tinha natureza[...] então, eles nos enganaram. “O jeito era ir embora com a dor no coração, deixando nossos quintal plantado de feijão e também de macaxeira, que estava rachando o chão. Ali, naquele dia, foi uma grande aflição vendo eles derribarem as nossas pequenas mansão, porque... (silêncio) as nossas pequena mansão para que um dia nós não voltasse não [...].

Fonte: Entrevistas com moradores da comunidade Ribeirinha de Santa Terezinha de Tauriy no ano de 2023.

Quadro 2. Memória coletiva - percepção e as dificuldades das famílias no novo local de moradia.

Agora me diz uma coisa, uma mulher com sete filhos ir para dentro de uma casa de brasilit quente, sem energia, sem água? Mas graças a Deus tinha um rapaz bondoso, que Deus o tenha, o Paulo, tinha o posto bem em frente, que é onde eu estava, a minha casa. A gente pegava água lá, a gente vivia de... tinha que encher, carregar na lata como a gente carregava aqui. Eles prometeram também cesta básica de um ano. Depois de cinco anos ou foram seis é que veio, então a gente sofreu muito. Aonde eu dentro de uma casa sem ter para onde ir, porque não tinha... onde era que a gente ia fazer um carvão? Onde era que a gente ia tirar um azeite? Sofremos muito. [...]

Mas foi um susto. A gente chegou lá naquela vila que a gente mora lá, moramos lá, e eu não tenho mais nada lá, graças a Deus. A gente chegou lá, meu amigo, o que tinha de muriquoca, lá tinha. Sofrimento. Sem energia, sem água. Ah, meu Deus, sofri demais ali naquele lugar.

Recebemos aquelas casas, mas foi uma grande agonia, pois nelas não tinha água e nem também energia. Naquele dia foi uma grande aflição, pois não tinha água pra cozinhar nem o feijão – estou gaguejando – (ruído) mas sempre esperando a boa indenização. Muita gente foram embora desesperados, então, vendo as suas casas... vendendo as suas casas, procurando solução para que os seus filhos não passassem fome, não”.

Quadro 2. Memória coletiva - percepção e as dificuldades das famílias no novo local de moradia. (cont.)

Chega lá, você não vai ter o mesmo espaço que tinha aqui, não vai ter mais total liberdade que tinha aqui. As crianças não podem mais brincar na rua, porque tudo se fechou, diminuiu o espaço, então muitos não se acostumaram.

[...] a gente andava só de barco. Nós mudamos daqui em barco. Aí, lá eles levavam para as casas. A gente fica atordoado. A gente está no lugar onde a gente já sabe o que fazer, né? Aí chega em uma casa que não tem água, não tem nada, a gente fica... foi muito sofrimento, muita tribulação [...]

Fonte: Entrevistas com moradores da comunidade Ribeirinha de Santa Terezinha de Tauriry no ano de 2023.

A terceira memória coletiva identificada, “os laços com o território, o retorno e as feridas abertas pela expropriação”, reflete a importância do território ribeirinho (o rio Tocantins, as várzeas, o compadrio com as famílias vizinhas) como elementos essenciais para a sobrevivência das famílias. A partir de então, iniciou-se uma intensa luta para garantir a sobrevivência em uma situação atípica, fora dos domínios do seu território secular. As idas e vindas constantes ao antigo território para pescar, colher frutos, quebrar coco babaçu foram, por anos, a única alternativa que dezenas de famílias encontraram para garantir a sobrevivência enquanto permaneciam na periferia da cidade de Itupiranga.

Quadro 3. Memória coletiva - os laços com o território, o retorno e as feridas abertas pela expropriação.

Indo [...] mas sempre indo e vindo aqui. Morava lá, mas aqui era onde a gente tinha um pronto-socorro. Pois é, eu resolvi vim de novo para cá e estou muito feliz em ter voltado, porque aqui tudo é natural, tudo é [...] Então, é assim, mas eu... a gente... eles mentiram muito para nós e até hoje não... eles... a gente ainda padece por isso, por eles terem enganado [...]

uns foram para Jacundá, outros foram para Tucuruí. Repartimento, muitos foram para Jacundá, que moravam lá. Outros foram para Tucuruí, outros foram para Belém, então vou falar assim, que com essa construção da hidrelétrica, ela afastou a família. Ela dividiu as comunidades. Principalmente aquele afeto familiar que tinha antes, não tem mais hoje.

Eu não fiquei muito tempo, não. Voltei para cá de novo. [...] Aí acontece, eu tinha os filhos, eu tinha que vir buscar um abrigo aqui. Eu tinha que vim para cá apanhar um arroz na roça do meu cunhado, que eu nem isso eu não tinha. Na roça do meu cunhado eu pegava o arroz, eu pegava o feijão, eu fazia a farinha. Era assim minha vida aqui. [...] Só morava. Aí lá eu não tinha um emprego, nada. Única, eu tinha única filha que trabalhava lá dentro de casa, era a Diva. Aí foi, eles colocarem energia, né? Falaram para nós que ia ser um ano ou dois anos sem pagar nada.

Fonte: Entrevistas com moradores da comunidade Ribeirinha de Santa Terezinha de Tauriry no ano de 2023.

Observam-se expressões de emoções e sentimentos, principalmente no que tange à questão da liberdade, da falta de comunidade e compadrio no novo ambiente de moradia, e no esfacelamento dos núcleos familiares, visto que muitos membros tiveram que buscar empregos em outros núcleos urbanos, como Marabá (Pará), para garantir o sustento da família.

Considerações Finais

Essa pesquisa, dentre inúmeras outras produzidas nessa temática a respeito dos efeitos dos grandes projetos hidrelétricos, especificamente, sobre os efeitos danosos, o ônus que tais práticas do estado brasileiro produziu sobre territórios amazônicos, implantando um modelo de “desenvolvimento” o qual ignorou a presença de centenas de comunidades com territorialidades seculares, as quais foram parcialmente ou totalmente desarticuladas.

Revelando um modelo de “desenvolvimento” esquizofrênico, financiando com um percentual considerável de dinheiro público, em diversas frentes, mineradora, agropecuária

e hidrelétrica. Beneficiando os de fora do território, em detrimento da desarticulação da vida dos de dentro, disseminando miséria, pobreza e precariedade.

As transformações provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na década de 1980 permanecem vivas nas memórias coletivas dos ribeirinhos da comunidade. O deslocamento forçado, os flagelos da moradia precária na periferia de Itupiranga, o enfraquecimento dos laços de comunidade e compadrio, o retorno ao território sob a condição de Área de Preservação Permanente (APP) e as restrições ocasionadas pelo empreendimento hidrelétrico continuam a impactar profundamente essas comunidades.

A vida das populações tradicionais ribeirinhas na Amazônia está profundamente ligada aos rios e à diversidade das paisagens, sendo marcas de suas territorialidades. Ao longo dos anos, esses rios têm sido alvo de grandes obras destinadas à produção de energia e à criação de vias para o escoamento de produtos, principalmente das commodities do Centro-Oeste brasileiro. Sob o comando do Estado, essas obras têm sido devastadoras para as populações tradicionais, especialmente as ribeirinhas, resultando em perdas de território, rompimento de relações comunitárias e erosão de suas culturas.

Referências

- ARRUDA, Zuleika. **Onde está o agro deste negócio?** Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 2007. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- ALENTEJANO, Paulo. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 303-325, 2003.
- BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, Bertha. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 12, p. 135-159, set. 2001.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARLOS, Ana. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CASTILLO, Ricardo; ELIAS, Denise; PEIXINHO, Dimas; BÜHLER, Eve-Anne; PEQUENO, Renato; FREDERICO, Samuel. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, v.12, n.18, p. 265-288, 2016.
- COMEX STAT. **Dados de exportação e importação de minério de cobre**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2022. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- COY, Martin. Sob o domínio do agronegócio: uma introdução ao tema desta coletânea. In: COY, Martin; BARROZO, João; SOUZA, Edison (Org.). **Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa**. Brasília: Editora Iabs, 2020, pp. 13-23.
- DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- DINIZ, Clélio. A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. **Revista Anpec**, v. 7, p. 1-18, 2007.
- ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB/Etene, 2006. p. 25-81.

- ELIAS, Denise. Fronteiras em mutação no Brasil agrícola. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana (Orgs.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: Edufba, 2007. p. 135-151.
- ELIAS, Denise. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do agronegócio. In: OLIVEIRA, José Ademir (Org.). **Cidades brasileiras**. Manaus: Ufam, 2010. p. 147-164.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-170, nov. 2011.
- ELIAS, Denise. Relações cidade-campo, reestruturação urbana e regional do Brasil. In: XII Colóquio internacional de geocrítica, 12., 2012, Bogotá. **Anais**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p. 1-16.
- ELIAS, Denise. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. **Geografia Agrária**, 2013. p. 13-32.
- ELIAS, Denise. Consumo produtivo em regiões do agronegócio do Brasil. In: BELLET, Carmen; et al (Orgs.). **Urbanización, producción y consumo em ciudades medias/intermedias**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 35-56.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e reestruturação urbana e regional no Brasil. In: BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Valter Lúcio (Orgs.). **Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 63-82.
- ELIAS, Denise. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022.
- ELIAS, Denise. **Formas-conteúdo e nós do agronegócio no Brasil**: reflexões para debate. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 43, e79073, 2023.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2007.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria; ELIAS, Denise; SOARES, Bruno. (org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-285.
- FAPESPA. **Boletim da Agropecuária Paraense 2022**. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 33, v. 1, p. 5-23, jan./jul. 2011.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. *Nova Economia*, [s.l.], v. 7, n. 1, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 1994. p. 206-214.
- HAESBAERT, Rogério. **O território em tempos de globalização**. Rio de Janeiro: Geo UERJ, 1999.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. **Panorama da cidade de Marabá**. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1971] 2006.
- MICHELLOTTI, Fernando. **Territórios de produção agromineral**: relações de poder e novos impasses na luta pela terra no Sudeste paraense. 389f. 2019. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- PEREIRA, Mirlei. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 2010, p. 347-355.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, [1994] 2013.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, [1988] 2014.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. **Brasil**: sociedade e território no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, Silvana. Urbanização e criação de novos municípios na fronteira agrícola: faces do uso corporativo do território brasileiro. **GeoUSP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 3-17, 2013.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 13, n. 2, p. 135-151, nov. 2011.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair et al. Uma cidade média na Amazônia Oriental: a centralidade urbano-regional de Marabá no Sudeste Paraense. In: SPOSITO, Maria et al (Orgs.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Marabá e Los Angeles. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- VOLOCHKO, Danilo. Da extensão do campo à centralização do urbano: elementos para o debate da produção do espaço em Mato Grosso. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, n. 16, p. 18-38, jan./jun. 2013.

Contribuição dos autores

Conceitualização: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H.. **Curadoria de dados**: Não aplicável. **Análise formal**: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H.. **Aquisição de financiamento**: Não aplicável. **Investigação**: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H.. **Metodologia**: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H.. **Administração do projeto**: Não aplicável. **Recursos**: Não aplicável. **Software**: Não aplicável. **Supervisão**: Não aplicável. **Validação**: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H.. **Visualização**: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H.. **Escrita – rascunho original**: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H.. **Escrita – revisão & edição**: ALMEIDA, L. N.; SERRA, H. R. H..

Base de dados

Não se aplica.

Financiamento

Este trabalho não recebeu nenhum subsídio específico de agências de fomento nos setores público, comercial ou sem fins lucrativos.

Conflito de Interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação do conselho de ética

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.
